



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 20 de janeiro de 2013

DIÁRIO DO AMAZONAS Superintendente da Suframa aposta na educação como saída para a mão de obra	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Reforma tributária ajudará Amazonas, avalia Sefaz	3
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Seis Estados brigam por projeto de biotecnologia	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Investimento em pesquisa e inovação caiu 34% em 3 anos	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO País não está imune ao cenário externo e investimento deve cair	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE BOA VISTA Suframa e IEL firmam convênio de R\$ 5,75 milhões	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
G-1 Suframa e IEL firmam convênio de R\$ 5,75 milhões, no Amazonas	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Superintendente da <u>Suframa</u> aposta na educação como saída para a mão de obra	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO LOCAL

Em entrevista exclusiva ao PortalD24AM, o Superintendente da Suframa fala dos desafios do Polo Industrial de Manaus para continuar crescendo, principalmente no atual quadro de crise econômica internacional.

Manaus - “2013 já acabou”, enfatizou o Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, logo nos primeiros minutos de conversa. E não é para menos, a Suframa tem pressa e precisa se antecipar aos acontecimentos para continuar crescendo.

Nesta entrevista, o ex-secretário executivo de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) fala dos problemas conjunturais que afetaram o Polo Industrial de Manaus (PIM) em 2012, dos planos para fugir da crise econômica mundial e sobre a Reforma Tributária Nacional. Thomaz Nogueira anunciou ainda o lançamento do Pacto Amazonense pela Educação, que, segundo o Superintendente, será fundamental para acabar de vez com o problema de falta de qualificação entre os trabalhadores do PIM.

Quais os principais desafios da Suframa para este ano?

Precisamos primeiro concluir o processo de reorganização da instituição. Começando pela reestruturação do nosso quadro de pessoal. Até junho, deverá ser divulgado um concurso público para a contratação de cerca de 250 pessoas. Mas temos também que vencer os desafios de fundo, sobre o futuro da produção no PIM. Quando passamos da TV de Tubo para a Tela Plana, saímos de uma TV que consumia 20 quilos (Kg) de plástico para uma que consome menos de 7 kg. Houve uma evolução tecnológica, mas isso impactou na indústria de termoplásticos. Precisamos saber qual a próxima evolução e que outros produtos podem aproveitar estas linhas de insumos que temos.

Então é preciso atrair novos segmentos?

Sim, temos que fazer o foco da política de desenvolvimento industrial nisso. E existem várias possibilidades. Tecnologia embarcada em automóveis, por exemplo, é uma tendência muito forte, isso abre possibilidades para nós, pois temos um polo de tecnologia e um polo que já fornece partes e peças para motocicletas.

No ano passado, o senhor afirmou que o segmento de eletroeletrônicos não será afetado em 2013. Por quê?

Sim, e reafirmo. Estamos passando por uma revolução tecnológica que tem uma expansão enorme de bens de informática. O público está ávido para consumir estes produtos. No segmento de televisores, acontece o mesmo.

A classe média e a classe emergente querem uma TV plana e a iminência de eventos como a Copa do Mundo vai agilizar isso. No caso do Polo de Duas Rodas, a demanda existe, o problema estava no modelo de comercialização. Mas este ano o segmento voltará a crescer.

O modelo de negócios está sendo mudado, com foco nos consórcios, que tem menos risco de inadimplência. Algumas medidas que estão sendo tomadas também tornaram mais barato o acesso ao crédito. Além disso, estamos trabalhando para abrir os mercados mais próximos. A América do Sul consome 2 milhões de motocicletas, que não são fornecidas pelo PIM.

A tática é investir nos países do Mercosul?

Primeiro, temos que vencer algumas barreiras tarifárias, por conta de sermos Zona Franca. A Organização Mundial do Comércio tem algumas ressalvas quanto a áreas sem tributação e, por isso, somos tratados como um terceiro país pelo Mercosul. Muitas vezes vivemos de costas para nossos vizinhos. O Peru já atingiu um nível de estabilidade social e político. Lima é uma cidade de 9 milhões de habitantes. Por que não buscar este mercado? Temos uma ligação física com a Venezuela, porque não buscar isso? Queremos ampliar isso de forma sensível e muito forte. Tínhamos um mercado de consumo interno muito forte. Então as empresas não precisavam nem olhar para o mercado externo. Mas agora, como o mercado interno deu um arrefecimento, teremos que aprender a chegar de verdade a outros mercados. O ambiente de curto prazo, ainda que com as preocupações da economia mundial, são de um otimismo cauteloso. Mas precisamos estar preparados para o depois. Estamos trabalhando forte na expansão dos mercados, no investimento de formação de capital intelectual e em inovação e pesquisa.

A qualificação da mão de obra é uma demanda antiga das empresas do **PIM**, como o senhor vê este problema e o que a **Suframa** pode fazer para resolvê-lo?

Até o final deste mês, vamos lançar o Pacto Amazonense pela Educação. Nessa iniciativa, participam a **Suframa**, os governos federal e estadual, entidades de classe, como **Fieam**, Cieam e Associação Comercial, a ABRH e representantes dos trabalhadores. Devemos lançar o programa no dia 30. Queremos coordenar as iniciativas e as universidades públicas e privadas estão convidadas a participar, para identificarmos exatamente quais as demandas e trabalhar para acelerar a formação da nossa mão de obra.


A Reforma Tributária, que nivelou as alíquotas de **ICMS** de todo o País, oferece algum risco à competitividade da **ZFM**? E aos investidores?

Não e eu julgo que quanto mais rápido começarmos a implementar a reforma, melhor. Minha experiência diz que há

uma distinção na visão do **Governo Federal** sobre a **ZFM**. O **Amazonas** terá uma alíquota diferenciada.

O investidor também já percebeu isso e sabe da segurança jurídica que existe em **Manaus**, especialmente por causa das últimas manifestações do STF. Mas confio no compromisso da presidenta Dilma. Sem contar que vamos estar juntos nesta discussão.

Não é este o maior desafio, mas sim evoluir para além da manufatura. **Desenvolvimento** de produtos para que tenhamos uma diversificação e consigamos integrar definitivamente a economia natural ao nosso processo produtivo.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Reforma tributária ajudará <u>Amazonas</u>, avalia Sefaz	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Unificação de 4% na alíquota do ICMS para outros Estados deverá atrair empresas de informática e celular para o Polo Industrial de Manaus.

Manaus - A aprovação do Projeto da Reforma Tributária no Congresso Nacional promete desencadear simultaneamente a atração de novas empresas para o Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, principalmente dos segmentos de informática e telefonia celular.

Pautada na unificação de 4% do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) para os Estados, com exceção do **Amazonas** que mantém a alíquota de 12%, a mudança vai ampliar a competitividade da **Zona Franca**, segundo perspectiva da Secretaria de Estado de Fazenda do **Amazonas** (Sefaz/AM).

“Se for aprovado neste ano, a partir de 2014, começará o crescimento da implantação de novos empreendimentos, sobretudo de informática e celular e ainda, o bem intermediário”, afirmou o secretário da Sefaz/AM, Afonso Lobo. Segundo ele, a previsão é que o projeto, que depende de uma resolução do Senado para unificar as alíquotas, seja aprovado ainda no primeiro semestre deste ano. “Resolvendo isso, em 2014, começará o processo de regressividade da alíquota estadual, de 1% a cada ano, até chegar a 4%”, disse.

Apesar do projeto do **Governo Federal** estipular o prazo de 12 anos para a diminuição progressiva da alíquota, o período de migração das empresas para o **PIM** deve ocorrer imediatamente a aprovação do projeto no Congresso. “As empresas trabalham com longo prazo, por isso, quando elas perceberem que o local que vai dar segurança jurídica é a **Zona Franca**, elas vão começar a migrar para a **Zona Franca**”.

O técnico de arrecadação da Sefaz/AM Alex Del Giglio destacou que o fato de ser um processo executado ao

longo de 12 anos significa que a vantagem comparativa aumentará ao longo do tempo. Giglio complementou que estudos de viabilidade econômica irão comprovar para as empresas a atratividade fiscal do **PIM**. “As empresas vão verificar que a vantagem comparativa da **Zona Franca** irá aumentar de forma progressiva. A cada ano, elas terão maior lucro, por isso, se elas vão se instalar aqui, quando antes vierem, melhor”, disse.


Informática e celular

O motivo da aposta especificamente nesses dois segmentos tem relação, principalmente, com o incentivo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedido no restante do País. “Como na **Zona Franca** se produz bem de informática com isenção, mas no resto do País tem uma tributação muito baixa, praticamente a vantagem logística tira a vantagem da tributação do IPI, mas quando o **ICMS** for bem diferenciado, se justifica trazer para a **Zona Franca**”, explicou.

Outra diferencial desses produtos está relacionado à questão do transporte. “Não têm grandes problemas logísticos, porque são leves e fáceis de transportar”, observou.

De acordo com Afonso Lobo, além de bens de informática e telefones celulares, outros segmentos que podem ser beneficiados com essa modificação tributária são aqueles com Processos Produtivos Básicos (**PPBs**) definidos, como é o caso de condicionador de ar, concentrados, o Polo Relojoeiro e joias.

Mas, além da aprovação do projeto no Congresso, aguarda-se ainda a criação de um Fundo de **Desenvolvimento Regional**, de um Fundo de Equalização de Ressarcimento de Perdas e um Projeto de Lei Complementar, que irá garantir a convalidação dos incentivos concedidos sem a necessidade de unanimidade no Conselho Nacional de Política Fiscal (Confaz).

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Seis Estados brigam por projeto de biotecnologia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Empresa lista infraestrutura e disponibilidade de profissionais como itens fundamentais para investimento de R\$ 1 bilhão

Marcelo Rehder

A disputa dos Estados interessados em abrigar a fábrica e o centro de pesquisa e **desenvolvimento** (P&D) de medicamentos biotecnológicos da BioNovis, empresa criada no ano passado pela associação dos laboratórios nacionais EMS, Hypermarcas, União Química e Ache, dobrou nos últimos meses. Além de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, inicialmente cotados, a lista de candidatos foi ampliada por Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul. O projeto prevê investimentos de R\$ 1 bilhão em oito anos.

"Aqui não é incentivo fiscal que faz a diferença", afirma Odnir Finotti, presidente da BioNovis. "Existem pré-requisitos técnicos que precisamos avaliar antes." E o fundamental, segundo ele, é a capacidade instalada da região em fazer inovação. Também vai pesar na decisão a existência de infraestrutura de estradas, aeroportos, portos e atrativos de mão de obra especializada, entre outros.

"A gente precisa estar próximo de áreas onde existam pólos acadêmicos e universitários com algum viés de inovação nessa área em, que estamos entrando. Institutos que comecem afomentar a **produção** científica inovadora e a formação de profissionais especializados", ressalta o executivo.

Primeira grande empresa brasileira a ingressar no **mercado** de remédios biotecnológicos (feitos a partir de células vivas), a BioNovis já nasceu com vocação para ser uma empresa global. Em cinco anos, ela quer ser o maior laboratório de biotecnologia da América Latina e, em dez anos, competir em escala mundial. É um **mercado** de US\$ 180 bilhões no mundo e de US\$ 4 bilhões no Brasil, que hoje depende exclusivamente da **importação** desses produtos.

A primeira etapa do projeto prevê investimentos de R\$ 500 milhões para construção da fábrica e do laboratório de P&D, realização de estudos clínicos e formação de mão de obra, entre outras destinações. "Em oito anos, o projeto vai consumir mais de R\$ 1 bilhão, dos quais 60% a 70% dedicados a pesquisa", afirma Finotti.

O início das obras está previsto para o segundo trimestre deste ano. Mesmo assim, a empresa diz que ainda não tomou nenhuma decisão sobre onde se instalar. "Como caipiras e mineiros que somos, a gente sabe que precisa conversar com todo mundo antes de bater o martelo", diz Finotti, bem humorado.

Os medicamentos biotecnológicos são usados para combater as chamadas doenças de alta complexidade, como as autoimunes, câncer e esclerose múltipla, por exemplo. São produtos caros, de tecnologia de ponta e alto valor agregado. O custo do tratamento com esse tipo de remédio, em quase a totalidade dos casos, acaba sendo bancado pelo **Ministério** da Saúde.

"Nenhum cidadão de renda média, no **Brasil** ou em qualquer país, pode arcar com um tratamento desses", diz o presidente da empresa. Segundo ele, o tratamento de um paciente pode chegar à casa de US\$ 100 mil por ano.

O resultado é que a **importação** de medicamentos biotecnológicos custa ao governo cerca de R\$ 8 bilhões ao ano, quase a metade de todo o gasto governamental com remédios adquiridos no exterior. Por causa do alto valor unitário, eles representam só 2% do volume dos remédios comprados lá fora.

Com **produção** local, o preço deve cair ao menos 30%, estima o executivo. O mais **importante**, para ele, é que desonera nossa pauta de **importações** e diminui nossa dependência de tecnologia **importada**. "Hoje, se uma fábrica dessas tiver um problema no mundo e não puder produzir, vamos ficar sem o medicamento, porque não tem um segundo fornecedor", frisa.

O projeto tem o apoio do **Governo Federal**, por meio do Banco Nacional do **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), que poderia ter uma participação como sócio da empresa. "O **BNDES** já manifestou que vai participar, mas ainda não está oficializado."

A BioNovis espera ter o primeiro medicamento de biotecnologia produzido no País em 2016, afirma Finotti. O foco da empresa é produzir a tecnologia para a fabricação dos medicamentos. Mas para iniciar as operações, ela negocia


contratos de transferência de tecnologia de produtos cuja patente venceram, conhecidos como biossimilares.

> Condições

ODNIR FINOTTI, PRESIDENTE DA BIONOVIS

"Aqui não é incentivo fiscal que faz a diferença."

"Existem pré-requisitos técnicos que precisamos avaliar antes."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Investimento em pesquisa e inovação caiu 34% em 3 anos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

SOBE E DESCE

O número de empresas habilitadas a usufruir do incentivo cresce, mas as despesas com pesquisa, desenvolvimento e inovação caem no Brasil

Para diretor da Fiesp, boa parte da queda pode ser explicada pelos efeitos da crise mundial, mas afeta competitividade do País

A BioNovis está na contramão do resto da indústria brasileira. Em três anos, os investimentos em pesquisa, **desenvolvimento** e inovação do setor encolheram 34%, de R\$ 10,4 bilhões para R\$ 6,8 bilhões. Entre 2010 e 2011, a queda foi de cerca de 26%, já descontada a inflação do período.

A informação é de um levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com base no relatório mais recente do **Ministério** de Ciência, Tecnologia e Inovação sobre os resultados dos incentivos fiscais à inovação, referentes ao ano-base 2011.

"É muito difícil elevar o investimento em **desenvolvimento** e inovação de produtos num país em que a indústria vem perdendo espaço no **PIB** (Produto Interno Bruto) todos os anos", diz José Ricardo Roriz Coelho, diretor do departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, responsável pelo trabalho.

Ele argumenta que esse tipo de investimento está ocorrendo hoje nos países que são mais competitivos, como


México, Coréia e China. E a conta dessa falta de investimento aparece nas transações comerciais do País. "A cada dia a gente vende mais produtos de baixo valor agregado e compra mais produtos de maior valor agregado", afirma o executivo.

O diretor da Fiesp observa que os efeitos da crise econômica mundial no **Brasil** explicam boa parte da queda nos investimentos. Mas frisa que as condições para investir em pesquisa, **desenvolvimento** e inovação são bem melhores hoje do que eram há uma década. As empresas beneficiadas por incentivos fiscais representam 15% do total das empresas que realizam atividades de pesquisa, **desenvolvimento** e inovação tecnológica no País.

O problema, segundo a Fiesp, é que a chamada Lei do Bem restringe o alcance dos incentivos fiscais a empresas que fazem a declaração de Imposto de Renda pelo lucro real. Só 7% do universo das empresas brasileiras adotam esse procedimento.

"A questão é que, se a empresa der lucro, ela paga menos imposto, enquanto o governo não precisa desembolsar nenhum centavo de incentivo fiscal", explica Roriz Coelho.

Nesse cenário, a participação dos incentivos fiscais à inovação representa um percentual pouco significativo, oscilando entre 0,03% a 0,15% da carga tributária. Além disso, de um total de 1.475 empresas que participaram da Lei do Bem desde a sua criação, em 2005, somente 46 marcaram presença em todos os anos, o que representa só 3% do total

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO País não está imune ao cenário externo e investimento deve cair		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Análise investimento estrangeiro

O ingresso de investimento estrangeiro direto no Brasil não está isolado do contexto adverso dos fluxos globais

Setores com maior renda real dos consumidores devem ser os principais candidatos a fusões e aquisições

É fato que a economia brasileira vem se tornando relevante polo de atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED).

Como se sabe, o país saltou da 14ª posição entre os principais destinos de IDE no mundo durante o ano de 2009 para a quinta posição no último dado disponível.

Os ingressos de Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil mais uma vez superarão a marca de US\$ 60 bilhões no ano de 2012, assim como ocorreu em 2011.

E, a depender da intenção dos investidores estrangeiros, esse cenário favorável à realização de IED no Brasil deve ter continuidade.

Segundo pesquisa da Unctad (braço da ONU para o comércio e o desenvolvimento), com executivos de empresas multinacionais, o Brasil encontra-se na quinta posição no ranking dos países mais citados para a realização de projetos de IED até 2014, atrás apenas de China, Estados Unidos, Índia e Indonésia.

Ingressos de IED podem propiciar pelo menos três tipos de benefício para o país.

Em primeiro lugar, ingressos de Investimentos Estrangeiros Diretos podem financiar o deficit em transações correntes. Diga-se, de passagem, que isso ocorre desde o ano de 2002.

Em segundo lugar, ingressos de IDE podem favorecer a contenção de preços por meio da expansão da capacidade produtiva.

Vale colocar que a atual proporção entre formação bruta de capital fixo e o PIB é de 16%, a mais elevada desde o ano de 2004.

Por fim, ingressos de IED podem propiciar aumentos de competitividade.

Isso ocorre à medida que favorecem a geração de habilidades gerenciais, o acesso a novas tecnologias, o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, além de um ambiente propício à inovação e à competitividade da economia.

É verdade que teremos boas notícias no front dos ingressos de IED em 2013.

Setores beneficiados pelo aumento da renda real dos consumidores brasileiros, como os de serviços, deverão ser os principais candidatos a fusões e aquisições.

Entre as origens dos recursos, os Estados Unidos deverão seguir em posição de destaque.

Estarão então os ingressos de IED no Brasil isolados desse contexto adverso dos fluxos globais?


A resposta para essa pergunta é não. Há uma evidente tendência de redução dos anúncios de IED no Brasil, assim como no resto do mundo.

Isso indica que os ingressos de IED na economia brasileira neste ano não devem ultrapassar os ingressos observados no ano de 2012.

Em suma, a economia brasileira segue e seguirá atrativa para investimentos de empresas transnacionais.

Assim como aprendemos em anos anteriores, entretanto, ingressos de IED no Brasil não estão isolados do contexto adverso dos fluxos globais de Investimentos Estrangeiros Diretos.

LUÍS AFONSO LIMA é diretor-presidente da Sobeet (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica).

	VEÍCULO FOLHA DE BOA VISTA	EDITORIA	
	TÍTULO Suframa e IEL firmam convênio de R\$ 5,75 milhões		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	


Com valor estimado em R\$ 5,75 milhões, o convênio assinado entre a **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)** e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) pretende aprimorar ações de **desenvolvimento** na região e incentivar a formação de capital intelectual. Os Estados do **Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima**, além dos municípios de **Macapá e Santana**, ambos no Amapá, serão os principais beneficiados com a parceria.

Entre os objetivos do convênio estão o **desenvolvimento** de um modelo de gestão e de inovação na região tendo como base a interação Universidade-Empresa, através dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Tabatinga (distante 1.106km de **Manaus**) será o local de instalação do projeto-piloto e, onde futuramente, a **Suframa** pretende que seja um modelo de governança para as demais APLs.

A implantação do Núcleo de Gestão Estratégica e Inovação Tecnológica da **Suframa** (NGEI/**Suframa**) e a estruturação de núcleos de inovação no âmbito das instituições de ensino e pesquisa da **Amazônia** Ocidental também fazem

parte do convênio. Outro elemento definido na parceria no aprimoramento das ações de capacitação de recursos humanos na região, uma vez que o convênio prevê a realização de cursos de especialização em Gestão da Inovação, Empreendedorismo Inovador e Gestão de Negócios, Gestão Estratégica com Foco em Inovação e Governança em APLs.

Segundo o **Superintendente da Suframa**, Thomaz Nogueira, “essa é uma ação de extrema importância que a autarquia estará executando em conjunto com o IEL e demais parceiros, em busca do **desenvolvimento regional** sustentável e de uma economia mais solidária na **Amazônia**, sobretudo a partir do viés da inovação tecnológica”. “As ações serão iniciadas por Tabatinga e Boa Vista, mas chegarão a todas as Áreas de Livre **Comércio** do modelo **Zona Franca de Manaus**, o que representará avanços significativos para o modelo de gestão e governança da região”, afirmou.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Suframa e IEL firmam convênio de R\$ 5,75 milhões, no Amazonas		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Quatro Estados e cidades do Amapá serão beneficiadas pela parceria.

Convênio tem como objetivo incentivar a formação de capital intelectual.

Do G1 AM

Suframa firma convênio com o IEL

Com valor estimado em R\$ 5,75 milhões, o convênio assinado entre a **Superintendência** da **Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)** e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) pretende aprimorar ações de **desenvolvimento** na região e incentivar a formação de capital intelectual. Os Estados do **Amazonas**, Acre, Rondônia e Roraima, além dos municípios de Macapá e Santana, ambos no Amapá, serão os principais beneficiados com a parceria.

Entre os objetivos do convênio estão o **desenvolvimento** de um modelo de gestão e de inovação na região tendo como base a interação Universidade-Empresa, através dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Tabatinga (distante 1.106km de **Manaus**) será o local de instalação do projeto-piloto e, onde futuramente, a **Suframa** pretende que seja um modelo de governança para as demais APLs.

A implantação do Núcleo de Gestão Estratégica e Inovação Tecnológica da **SUFRAMA** (NGEI/**SUFRAMA**) e a estruturação de núcleos de inovação no âmbito das instituições de ensino e pesquisa da **Amazônia** Ocidental também fazem parte do convênio. Outro elemento definido na parceria no aprimoramento das ações de capacitação de recursos humanos na região, uma vez que o convênio prevê a realização de cursos de especialização em Gestão da Inovação, Empreendedorismo Inovador e Gestão de Negócios, Gestão Estratégica com Foco em Inovação e Governança em APLs.

Segundo o **Superintendente** da **SUFRAMA**, Thomaz Nogueira, “essa é uma ação de extrema importância que a autarquia estará executando em conjunto com o IEL e demais parceiros, em busca do **desenvolvimento regional** sustentável e de uma economia mais solidária na **Amazônia**, sobretudo a partir do viés da inovação tecnológica”. “As ações serão iniciadas por Tabatinga e Boa Vista, mas chegarão a todas as Áreas de Livre **Comércio** do modelo **ZFM**, o que representará avanços significativos para o modelo de gestão e governança da região”, afirmou.